



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO AMAZONAS

**DISPÕE** sobre ações de incentivo à educação no setor primário e meio rural.

## **A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**

### **DECRETA:**

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre ações de incentivo à educação no setor primário e meio rural no âmbito do Estado do Amazonas.

**§ 1º** O incentivo a que se refere o **caput** será assegurado por meio de diretrizes para a oferta de educação básica de qualidade às populações do setor primário ou localizadas em zonas rurais no interior do Estado.

**§ 2º** As ações a que se refere o **caput** estão de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação – PNE, nos termos do art. 33-A da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e no Plano Estadual de Educação – PEE, Lei nº 4.183, de 26 de junho de 2015.

**Art. 2º** Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

**I** – populações do setor primário: crianças e jovens com idade entre 16 (dezesseis) e 29 (vinte e nove) anos pertencentes a grupos de:

- a)** agricultores familiares;
- b)** extrativistas;
- c)** pescadores artesanais;
- d)** ribeirinhos;
- e)** assentados e acampados da reforma agrária;
- f)** trabalhadores assalariados rurais; e
- g)** quilombolas, povos indígenas, caboclos e outros que vivem do trabalho no meio rural com suas especificidades;

**II** – escola rural:

- a)** situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; e
- b)** situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do setor primário;

**III** – escola do setor primário:

- a)** comunitárias que atuam com Pedagogia da Alternância – Escolas para Famílias Agrícolas e Casas Familiares Rurais, compreendidas como Centros Educativos Familiares de Formação por Alternância;





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO AMAZONAS

- b) situadas ou destinadas às populações indígenas e quilombolas; e
- c) as turmas anexas vinculadas a escolas com sede em área urbana, integradas à educação do setor primário que funcionem nas condições especificadas no inciso II do art. 2º.

**Art. 3º** As ações de incentivo à educação no setor primário e meio rural têm os seguintes objetivos:

- I – estimular a educação sustentável na escola rural e do setor primário;
- II – desenvolver a qualidade da escola rural e do setor primário;
- III – despertar no jovem do setor primário o interesse pelo negócio cooperativo e destacar seus benefícios para competitividade dos produtos;
- IV – incentivar a participação do jovem do setor primário em ações de capacitação educacional, técnica e profissional no setor primário; e
- V – combater o abandono escolar.

**Art. 4º** São princípios e diretrizes das ações a que se refere esta Lei;

- I – respeito à diversidade do setor primário em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional, de raça e etnia;
- II – promoção da formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do setor primário, considerando-se as condições concretas da produção rural;
- III – valorização da identidade da escola rural por meio de projetos pedagógicos apropriados às necessidades, cultura e interesses dos alunos do setor primário;
- IV – flexibilização na organização do calendário escolar, com adequações às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas atinentes ao trabalho no setor primário; e
- V – controle social da qualidade da educação escolar, mediante a participação da comunidade e dos movimentos sociais do meio rural.

**Art. 5º** São ações elencáveis para o incentivo à educação no setor primário e meio rural:

- I – a participação colegiada, envolvendo representantes municipais, das organizações sociais do setor primário, das universidades públicas e outras instituições afins, com vistas a colaborar com a formulação, implementação e acompanhamento das políticas de educação no setor primário e no meio rural;
- II – a conscientização de pais e alunos sobre vantagens futuras advindas do investimento em educação;
- III – oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação;
- IV – garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar.

**Art. 6º** É assegurada a alimentação escolar dos alunos de acordo com os hábitos alimentares do contexto socioeconômico-cultural tradicional predominante em que a escola está inserida.

**Art. 7º** As ações, a que se refere esta Lei, submetem-se aos critérios de conveniência e oportunidade definidos pelo Poder Executivo.





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO AMAZONAS

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 1º de novembro de 2023.

Deputado **ROBERTO CIDADE**  
Presidente

Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3950  
Parque 10 de Novembro, Manaus, Amazonas  
CEP 69.050-030





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

## ASSINATURAS DIGITAIS

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO - PRESIDENTE - EM 01/11/2023 15:31:15

